

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado para isso.
- 2 Este Caderno contém cinquenta questões de múltipla escolha, assim distribuídas: Língua Portuguesa → 01 a 10; Legislação → 11 a 20; Conhecimentos Específicos → 21 a 50.
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 7 Os rascunhos e as marcações feitas neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 8 Use exclusivamente caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta preta ou azul.
- 9 Você dispõe de, no máximo, quatro horas para responder às questões de múltipla escolha e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de retirar-se definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

Assinatura do Candidato: _____

As questões 01 a 10 desta prova baseiam-se no texto abaixo.

Ética e moralidade no Serviço Público

Costuma-se dizer que a *corrupção material* é o recebimento de qualquer vantagem por prática ou omissão de ato de ofício, e *corrupção moral*, a que precede a material, porque é óbvio que, ao receber a vantagem, já ocorreu no corrompido a deterioração de qualquer princípio de moralidade pessoal ou funcional. Tanto uma como outra podem assumir forma ativa e passiva, porque também quem oferece a vantagem indevida já não apresenta princípio moral.

A corrupção moral abrange também a corrupção de costumes, a falta de caráter particular ou nacional, o desleixo administrativo ou governamental, a falta de solidariedade num grupo humano, a indiferença pela sorte alheia ou pelo interesse público, a tolerância condescendente de superiores às falhas dos subalternos, filhos e tutelados.

Corrupção não é apenas a infração ao dever funcional praticada pelo agente público (político ou administrativo). Não é só o suborno, a taxa de urgência, o chocolate ou a falsa simpatia nos balcões para obter pronto atendimento. A corrupção exteriorizada em ato costuma proceder da corrupção bem mais ampla e, no mais das vezes, interna. Antes de ferir o patrimônio público ou particular, a corrupção degrada os valores íntimos de cada um, relativiza o costume e a cultura da virtude, anulando, pois, os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna de seu próprio orgulho.

A degradação moral começa por pequenas concessões, pequenas inversões axiológicas em nosso dia a dia e prossegue corroendo o homem e a sociedade. É, precisamente, a tolerância de pequenos vícios, já na vida privada, que prepara a aceitação das grandes corrupções na vida pública.

Se, na convivência informal, todos já precisamos de tratos éticos, mais ainda na convivência profissional-funcional. Assim, por força da própria Constituição Federal, a ética passou a integrar o próprio cerne de qualquer ato estatal como elemento indispensável à sua validade e eficácia.

Como reforço dessa preocupação ética, a atual Constituição de 1988 também inovou no artigo 5º, inciso LXXIII, ao incluir a moralidade administrativa entre os valores básicos da República a serem protegidos por meio de ação popular. Segundo essa norma constitucional, mesmo que não haja efetivo prejuízo de ordem material ao patrimônio público, se o ato da Administração for lesivo à moralidade administrativa, deverá ser invalidado judicialmente, via ação popular, ou mesmo, antes, revisto administrativamente.

Cumprindo a norma inscrita nesse dispositivo constitucional, o legislador ordinário, através da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, cuidou de regulamentar minuciosamente as hipóteses de suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário em decorrência da prática de atos de improbidade administrativa, a qual abrange todos os atos imorais, ímprobos ou antiéticos.

A propósito, deve ainda ser lembrado que o legislador ordinário, normatizando sobre o assunto, através da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos, no artigo 116, inciso IX, também determina a obediência obrigatória ao princípio da moralidade administrativa ao incluí-lo entre os deveres funcionais dos servidores públicos.

Assim, o servidor público há de ser um ético de plantão vinte quatro horas por dia, já por convicção (o homem é o retrato de suas convicções), já por coerção jurídica. Até porque a consciência ética do servidor público, nesse particular, além de restaurar a

cidadania, corrige a disfunção pública no Brasil, que decorre não só da falta de recursos materiais, mas, principalmente, da conduta muitas vezes perversa no atendimento aos usuários dos serviços públicos, atentatória aos direitos humanos universalmente declarados.

Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, temos falhado no processo de indução ética, pois apenas isso explica o envolvimento de tantas pessoas em tantos atos hediondos em busca, por exemplo, de mera complementação salarial. De diárias artificialmente pagas a obras e compras públicas no interesse de muitos, menos no do Estado, eis o leque da corrupção que vemos no noticiário todos os dias. O empresário corrompe o governo, e o governo corrompe o empresário. Todos querendo ou esperando tirar alguma vantagem desse quadro sombrio.

É claro que há muitas exceções. Há empresários, homens públicos e servidores estatais honestos por princípio. Mas o organismo contaminado anula boas células.

Portanto, não sejamos fracos no bem a ponto de permitirmos tantos fortes no mal. O Brasil precisa da contribuição de cada um de nós e espera que ela seja decisiva, concreta e diária, a fim de resgatarmos a virtude na vida brasileira.

Disponível em: <<http://www.ensinandodireitoluizamaral.com>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

01. Do texto, depreende-se que:

- A)** a corrupção material é diferente da moral, pois somente a primeira degrada valores, relativiza costumes e anula princípios.
- B)** a corrupção material e a corrupção moral representam atitudes ilícitas, as quais, em princípio, ocorrem de forma concomitante.
- C)** a corrupção material é anterior à corrupção moral. Esta representa a deterioração de qualquer princípio de moralidade pessoal ou funcional; aquela pressupõe pagamento de vantagem para prática ou omissão de ato de ofício.
- D)** a corrupção material e a corrupção moral podem ser caracterizadas como ativa e passiva. Em ambos os casos, esses atos ilícitos pressupõem como criminosos tanto aquele que oferece vantagem indevida quanto o que a recebe.

02. Em relação à sua conduta, o funcionário público

- A)** tem de apresentar conduta ética, balizada por princípios pessoais ou por obediência obrigatória às leis em vigor.
- B)** deve agir, no exercício profissional diário, de modo a preservar a consciência ética dos usuários dos serviços públicos.
- C)** impede a ocorrência de atos de corrupção praticados por agentes públicos (políticos ou administrativos) quando age em obediência às leis.
- D)** garante o cumprimento dos direitos humanos universalmente declarados quando realiza atendimento adequado aos usuários.

03. De acordo com o texto, é correto afirmar:

- A)** A expressão “filhos e tutelados”, no 2º parágrafo, refere-se a parentes de pessoas na administração pública que são favorecidos com alguma função em órgãos estatais.
- B)** No 5º parágrafo, afirma-se que a ética passou a integrar a Constituição Federal, como forma de normatizar a convivência informal e a convivência profissional-funcional.
- C)** A Constituição de 1988 prevê que todo ato da Administração lesivo aos bens públicos ou à moralidade será revisto administrativamente ou invalidado judicialmente.
- D)** A corrupção material e a corrupção moral têm a mesma procedência: a falta de princípios éticos e a de controle mais rígido por parte da sociedade civil e do poder público.

- 04.** De acordo com o texto,
- A)** os empresários, principais representantes da sociedade civil, envolvem-se em atos hediondos em busca de complementação salarial.
 - B)** a aceitação das grandes corrupções na vida pública precede a tolerância de pequenos vícios na vida privada.
 - C)** a corrupção degrada valores íntimos do cidadão sem, no entanto, anular os princípios mantenedores da dignidade da sociedade.
 - D)** é indispensável que a ética integre a essência de qualquer ato estatal para que este seja válido e eficaz.
- 05.** Na expressão “pequenas inversões axiológicas”, o termo em destaque
- A)** é relativo aos valores éticos.
 - B)** refere-se aos axiomas sociais.
 - C)** relaciona-se aos direitos civis.
 - D)** significa degradação moral.
- 06.** Os termos em destaque no período “[...] já por convicção (o homem é o retrato de suas convicções), já por coerção jurídica.” estabelecem uma relação semântica de
- A)** tempo.
 - B)** alternância.
 - C)** causalidade.
 - D)** conformidade.
- 07.** Observe o período a seguir.

“O Brasil precisa da contribuição de cada um de nós e espera que ela seja decisiva, concreta e diária, a fim de resgatarmos a virtude na vida brasileira.”
(último parágrafo do texto).

Mantendo-se o sentido desse período, outra proposta de reescrita em conformidade com a norma padrão é:

- A)** O Brasil precisa que cada um de nós contribua para o resgate da virtude na vida brasileira e espera que essa contribuição seja decisiva, concreta e diária.
- B)** O Brasil precisa e espera que cada um de nós contribua para resgatarmos decisiva, concreta e diariamente a virtude na vida brasileira.
- C)** O Brasil espera que cada um de nós contribuamos decisivamente, concretamente e diariamente, e precisa que resgatemos a virtude na vida brasileira.
- D)** O Brasil espera que cada um de nós contribua e precisa que decisiva, concreta e diariamente resgatemos a virtude na vida brasileira.

08. A seguir, encontram-se fragmentos do texto com uma explicação para o uso da vírgula.

I	“A corrupção exteriorizada em ato costuma proceder da corrupção bem mais ampla e, no mais das vezes, interna.” – vírgulas utilizadas para demarcar um adjunto adverbial deslocado.
II	“[...] temos falhado no processo de indução ética, pois apenas isso explica o envolvimento de tantas pessoas em tantos atos hediondos [...]” – vírgula utilizada para separar a oração coordenada sindética explicativa da coordenada assindética.
III	“Não é só o suborno, a taxa de urgência, o chocolate ou a falsa simpatia nos balcões para obter pronto atendimento.” – vírgulas utilizadas para separar o aposto.
IV	“Há empresários, homens públicos e servidores estatais honestos por princípio.” – vírgula utilizada para marcar a supressão do verbo.

A explicação para o uso da vírgula está correta em

- A) III e IV.
- B) II e IV.
- C) I e III.
- D) I e II.

09. Outra possibilidade de concordância verbal igualmente aceitável, de acordo com a norma culta, está na opção:

- A) “Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, temos falhado no processo de indução ética [...]”.
Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, têm falhado no processo de indução ética [...].
- B) “[...] os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna [...]”.
[...] os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna [...].
- C) “Se, na convivência informal, todos já precisamos de tratos éticos [...]”.
Se, na convivência informal, todos já precisam de tratos éticos [...].
- D) “Tanto uma como outra podem assumir forma ativa e passiva [...]”.
Tanto uma como outra pode assumir forma ativa e passiva [...].

10. A opção que apresenta o uso correto do acento grave de acordo com a norma culta é:

- A) A tolerância de superiores à falhas de subalternos não é condizente com a ética e a moralidade esperadas no serviço público.
- B) Das diárias às obras públicas, todos os pagamentos feitos com recursos governamentais devem obedecer aos rigores da legislação em vigor.
- C) Os atos de convivência profissional do funcionalismo devem ser éticos e condizentes com a moralidade à bem do serviço público.
- D) Atos estatais contaminados por corrupção são tão ofensivos que acabam por atenuar à ação de funcionários que não se envolvem em falcatuas.

11. Enfermeira lotada em local insalubre recebe a notícia de que está gestante. O fato é comunicado à Chefia. Nos termos da Lei nº 8.112/90, a servidora
- A) fará opção por permanecer ou ficar afastada do local insalubre.
 - B) deverá permanecer no local de trabalho.
 - C) será afastada do local insalubre enquanto aguarda a licença gestante.
 - D) será afastada do local insalubre enquanto durar a gestação e lactação.
12. De acordo com a Lei nº 8.112/90, considera-se remuneração
- A) retribuição pelo exercício da função de direção, chefia e assessoramento estabelecido em lei.
 - B) vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
 - C) adicionais e gratificações.
 - D) retribuição pecuniária pelo exercício do cargo com valor fixado em lei.
13. Servidor estatutário regido pela Lei nº 8.112/90, em estágio probatório, foi convocado para participar de curso de formação. O estágio probatório será
- A) interrompido, sendo o servidor exonerado.
 - B) interrompido e retomado a partir do término do impedimento.
 - C) suspenso e retomado a partir do término do impedimento.
 - D) suspenso, sendo o servidor demitido a partir do término do impedimento.
14. Servidor estatutário, não ocupante de cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, candidatou-se ao cargo eletivo de vereador. Durante o período que mediou entre a sua escolha em convenção partidária e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, foi concedida a licença para atividade política. De acordo com a Lei nº 8.112/90, durante esse período o servidor
- A) fará jus à remuneração pelo período de três meses.
 - B) terá direito à remuneração.
 - C) ficará sem remuneração.
 - D) será afastado, sem remuneração, até o décimo dia seguinte ao do pleito.
15. Servidora pública federal faltou ao trabalho sem justificativa, de modo intencional, durante quarenta e cinco dias consecutivos. De acordo com a Lei nº 8.112/90, caso a hipótese de abandono seja comprovada em processo administrativo disciplinar, a penalidade a que está sujeita essa servidora é
- A) suspensão de trinta dias.
 - B) demissão.
 - C) advertência.
 - D) suspensão de cinco dias convertida em multa.
16. À luz do Regime Jurídico Único dos Servidores Federais, a sindicância envolvendo um servidor, com 35 anos de serviço, **NÃO** poderá resultar em
- A) instauração de Processo disciplinar.
 - B) arquivamento do processo.
 - C) aplicação de penalidade de advertência ou suspensão até trinta dias.
 - D) afastamento preventivo do exercício do cargo com suspensão de pagamento.

17. Servidora efetiva de uma instituição federal de ensino requereu a aposentadoria compulsória. Segundo determina a Lei nº 8.112/90, a vigência da aposentadoria será
- A) a partir do dia imediato àquele em que a servidora atingiu a idade de setenta anos.
 - B) a partir da data da publicação do respectivo ato.
 - C) será facultado à servidora a data da publicação.
 - D) será de acordo com a conveniência e oportunidade da administração.
18. Para efeito de aposentadoria e disponibilidade, **NÃO** se considera
- A) licença para tratamento de saúde de pessoa na família do servidor, sem remuneração.
 - B) tempo de serviço em atividade privada.
 - C) tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal.
 - D) licença para atividade política a partir da candidatura até o décimo dia seguinte ao da eleição.
19. Servidora estudante solicitou horário especial comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição. De acordo com a Lei nº 8.112/90,
- A) poderá ser concedido o horário especial, sem a exigência da compensação de horário e sem a redução de remuneração.
 - B) poderá ser concedido o horário especial, com exigência da compensação de horário sem a redução de remuneração.
 - C) será concedido o horário especial, com a exigência da compensação de horário e sem a redução de remuneração.
 - D) será concedido o horário especial, com a exigência da compensação de horário e a redução de remuneração.
20. Para os efeitos da Lei nº 8112/90, **NÃO** se constitui forma de provimento nem de vacância de cargo público
- A) promoção.
 - B) readaptação.
 - C) redistribuição.
 - D) aproveitamento.

21. A Didática pode ser considerada como uma ciência que tem, entre seus objetivos fundamentais, ocupar-se das estratégias de ensino e das questões práticas relativas às metodologias para as aprendizagens. Ela funciona como elemento que articula a teoria à prática e dá sentido a esta. Em relação à Didática e às suas categorias, é correto afirmar:
- A) A aplicação do conhecimento didático ao planejamento do ensino permite organizar este independentemente do contexto da aprendizagem dos estudantes.
 - B) A aplicação do conhecimento teórico da Didática na prática implica a separação entre o campo do pensamento teórico e o campo da prática no processo de produção de seu conhecimento.
 - C) Os objetivos e os conteúdos de ensino se relacionam de forma tal que os conteúdos determinam a formulação dos objetivos de ensino.
 - D) Os recursos didáticos devem ser selecionados para atender aos objetivos de ensino e estão vinculados à natureza do conteúdo.
22. Na atualidade, as novas Tecnologias da Informação e das Comunicações (TIC) têm reconfigurado os processos da formação profissional na educação superior. Em relação às novas TIC na formação universitária, é correto afirmar:
- A) O Moodle, como ambiente virtual de aprendizagem, é limitado ao estabelecimento de relações entre professor (tutor) e cada estudante.
 - B) A aprendizagem colaborativa é uma estratégia adequada para a aprendizagem com o uso das novas TIC.
 - C) O uso dos livros digitais implica estratégias de ensino que privilegiam o trabalho independente dos estudantes.
 - D) A avaliação da aprendizagem a partir das novas TIC determina os objetivos de aprendizagem.
23. O debate sobre o currículo escolar é amplo e se pauta em diferentes tendências relacionadas às finalidades da educação segundo os contextos sociais e históricos. No quadro a seguir, apresentam-se algumas características de uma das tendências do currículo escolar.
- O currículo rompe com a linearidade e o diretivismo.
 - O currículo é pensado de forma propositiva e inclusiva, valorizando as diferenças, ou seja, a diversidade.
 - O currículo é pensado para uma instituição escolar que se torna espaço de subjetividades, de constituição de identidades, de diferentes linguagens e de conhecimentos, de relações de saber e de poder.
- A tendência de currículo apresentada no quadro refere-se à
- A) Tendência Moderna.
 - B) Tendência Tradicional.
 - C) Tendência Crítica.
 - D) Tendência Pós-crítica.
24. Em uma disciplina, um professor do curso de graduação deseja planejar situações de ensino para a formação de um conceito científico. Para isso, faz um diagnóstico das ideias prévias dos estudantes em relação ao conteúdo do conceito a ser formado e constata que eles têm ideias errôneas em relação a esse conceito. No processo de formação do conceito, deseja promover uma mudança conceitual. Nessa situação, é conveniente o professor planejar atividades de aprendizagem na base dos pressupostos
- A) da Teoria behaviorista.
 - B) da Teoria da Aprendizagem Significativa, de Ausubel.
 - C) da Zona de Desenvolvimento Proximal, de Vygotsky.
 - D) dos conflitos cognitivos.

- 25.** A gestão democrática apresenta-se como cerne das políticas educacionais atuais e foi assumida como princípio na Constituição Federal de 1988. Como a LDB 9.394/96 corrobora isso ao definir a gestão democrática como um princípio, é correto afirmar:
- A)** Em cada Órgão Colegiado, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos.
 - B)** Os Órgãos Colegiados deliberativos são instâncias para o exercício da gestão democrática em todas as instituições da educação superior.
 - C)** A Gestão Democrática nas Universidades deve garantir a construção do Projeto Pedagógico de cada curso pela Comissão de professores criada para esse efeito.
 - D)** Em Órgãos Colegiados, os estudantes ocuparão trinta e cinco por cento dos assentos.
- 26.** Na educação superior, o conceito de competência profissional é de relevância na definição do perfil profissional que se deseja formar nos cursos de graduação. Em relação às competências profissionais e à sua formação, é correto afirmar:
- A)** As competências que caracterizam o perfil profissional têm caráter disciplinar.
 - B)** A formação inicial tem o compromisso da preparação das competências para o início do exercício da atividade profissional.
 - C)** As competências e habilidades profissionais são duas categorias que só se diferenciam pelo seu grau de abrangência, e as primeiras são habilidades gerais.
 - D)** As competências profissionais são essencialmente de natureza técnica, conseqüentemente não são influenciadas por fatores afetivos.
- 27.** Segundo o Regimento Geral da UFRN (atualizado pela Resolução nº 07/2002-CONSUNI, de 16 de agosto de 2002, e pela Resolução nº 13/208, CONSUNI, de 01 de dezembro de 2008), a administração universitária é feita por seus órgãos colegiados deliberativos e pelos órgãos executivos, sendo estes nos níveis da administração central, acadêmica e suplementar. Um exemplo de colegiado deliberativo da UFRN, no nível da administração superior, é
- A)** o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.
 - B)** o Conselho de um Centro Acadêmico.
 - C)** o Plenário de um Departamento.
 - D)** o Colegiado de um Centro Acadêmico.
- 28.** O Regimento Geral da UFRN (atualizado pela Resolução nº 07/2002 – CONSUNI, de 16 de agosto de 2002, e pela Resolução nº 13/208 – CONSUNI, de 01 de dezembro de 2008) define as formas de verificação do rendimento escolar. Em relação a essas formas de verificação, é correto afirmar:
- A)** A verificação da aprendizagem em qualquer disciplina é realizada por meio de um trabalho coletivo obrigatório, podendo ser associado a formas de trabalho individual.
 - B)** A assiduidade e eficiência, ambos eliminatórios, são vias para a verificação do rendimento escolar.
 - C)** A Pro-Reitoria de Graduação define o regime de verificação da aprendizagem nos cursos de Graduação e de Pós-graduação.
 - D)** Cada Centro estabelece as normas específicas de verificação do rendimento escolar em complementação às disposições do regimento da UFRN.

29. A expansão do ensino superior conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) no Brasil. Esse programa é uma das políticas do Governo Federal para a afirmação da Educação Superior Brasileira. Em relação ao Reuni, é correto afirmar:
- A) O ingresso no Reuni só poderá ser solicitado pelas universidades federais no tempo definido pelo MEC em calendário preestabelecido.
- B) A redução das taxas de evasão, a ocupação de vagas ociosas e o aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno, é uma meta global do Reuni.
- C) A elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento é uma meta global do Reuni.
- D) O MEC destinará ao Reuni recursos financeiros que serão reservados e repassados para as universidades no início do ano letivo.
30. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior. Em relação a regulações estabelecidas pelo SINAES, é correto afirmar:
- A) A avaliação externa *in loco* e a autoavaliação não são procedimentos do SINAES.
- B) A avaliação das Instituições de educação superior tem por objetivo diagnosticar o desempenho dos estudantes em relação ao perfil e à atuação anteriormente identificados de cada instituição.
- C) A realização da avaliação das Instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes é de responsabilidade do INEP.
- D) A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), para organizar as comissões de avaliação, pauta-se pelas diretrizes estabelecidas pela CAPES.
31. A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), estabelece que a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Esse exame
- A) é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo a avaliação do desempenho inscrita no histórico escolar do estudante.
- B) avalia só as competências dos estudantes para resolverem com sucesso situações práticas específicas da área de conhecimento de cada curso.
- C) é aplicado a todos os alunos de todos os cursos de graduação e em todos os anos, sem distinção dos cursos.
- D) avalia competências e habilidades com base somente nos conteúdos programáticos dos Projetos Pedagógicos de cada curso.
32. Um técnico em assuntos educacionais da UFRN revisou os relatórios de uma turma de estágio de um curso de graduação da UFRN e sistematizou, no quadro a seguir, as informações obtidas, as quais caracterizam a prática de ensino de um professor desse componente curricular.

I	No início do semestre, orientou-se que o estágio não podia ser realizado na UFRN.
II	Foi orientado que os estudantes podiam realizar o estágio sob a forma de atividade de extensão, definida no projeto pedagógico do curso.
III	Quatro estudantes realizaram estágio não obrigatório com carga horária de 80 horas.
IV	Seis estudantes realizaram o estágio no IFRN (Instituto Federal Tecnológico de Educação, Ciência e Tecnologia do RN) sob a orientação de um professor que não é do quadro efetivo da UFRN.
V	A avaliação do estágio ficou sob a responsabilidade do professor da UFRN, sendo solicitada a participação do supervisor de campo.

Estão de acordo com o que define a Resolução nº 227/2009 – CONSEPE/UFRN as informações constantes em

- A) I, II e IV. B) II e V. C) I, III e IV. D) II e III.

33. Na educação superior, o uso de situações-problema é uma estratégia formativa que pode contribuir para a motivação e o desenvolvimento de habilidades para resolver tarefas típicas da futura atividade profissional. Segundo essa perspectiva, na organização de atividade de ensino, deve-se considerar que
- A) a definição do problema, a partir da situação-problema, é uma habilidade importante a ser desenvolvida.
 - B) o trabalho experimental é sempre uma etapa da solução de qualquer situação-problema como estratégia formativa.
 - C) a situação-problema é diferente do problema e se caracteriza por estar bem definida.
 - D) a independência cognoscitiva é a finalidade da estratégia de ensino que utiliza situações-problema.
34. Segundo a Resolução nº 227/2009 – CONSEPE, o Projeto Pedagógico de um curso é o planejamento estrutural e funcional dentro do qual é tratado um conjunto de categorias pedagógicas e de outras naturezas, essenciais para as diretrizes da formação profissional na UFRN. Na referida resolução, estabelece-se que o Projeto Pedagógico
- A) deve ser aprovado pelo CONSEPE após publicação do quadro de vagas referente ao ano letivo, se houver a criação de um novo curso.
 - B) deve explicitar, entre outros, os objetivos do curso, o perfil do profissional e a infraestrutura necessária.
 - C) deve sofrer ajustes a cada três anos e ser aprovado pelo Colegiado do Curso de Graduação.
 - D) deve ser aprovado, quando modificado, em instância final, pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD).
35. A Resolução nº 227/2009 – CONSEPE define os componentes curriculares como unidades de estruturação didático-pedagógica na organização curricular. São componentes curriculares definidos nessa resolução:
- A) estágios e atividades suplementares.
 - B) disciplinas e projetos.
 - C) atividades interdisciplinares e atividades acadêmicas específicas.
 - D) módulos e blocos.
36. A proposta de estrutura curricular de um curso de graduação da UFRN foi enviada a um técnico em assuntos educacionais para que este a analisasse. No quadro a seguir, listam-se algumas considerações feitas pelo técnico após análise da proposta.

I	Os grupos de componentes curriculares eletivos têm uma carga horária total de 260h, a serem cumpridas pelo aluno.
II	A estrutura curricular se organiza em níveis que devem ser, preferencialmente, obedecidos pelos alunos para a integralização curricular.
III	A estrutura curricular se organiza em uma grade de disciplinas, de forma sequencial.
IV	A flexibilidade possibilita a substituição da carga horária de atividades complementares por outros componentes curriculares.

Considerando a Resolução nº 227/2009 – CONSEPE/UFRN e analisando o quadro, é correto afirmar que

- A) apenas II está de acordo com as exigências da resolução.
- B) apenas IV está de acordo com as exigências da resolução.
- C) I e III estão de acordo com as exigências da resolução.
- D) I e IV estão de acordo com as exigências da resolução.

37. Um professor conversa com um técnico em assuntos educacionais e apresenta um Plano de Atividades. Nesse plano, estão as atividades que serão desenvolvidas por ele na condição de Orientador Acadêmico de um curso de graduação na UFRN. O quadro a seguir apresenta a distribuição das atividades propostas em quatro semestres (S1, S2, S3 e S4).

	Atividades	S1	S2	S3	S4
I	Acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos alunos sob sua orientação.	X	X	X	X
II	Orientar a tomada de decisões relativas a matrícula, trancamento e outros atos de interesse acadêmico.	X	X	X	X
III	Participar das avaliações do Projeto Político Pedagógico.	X	X	X	X
IV	Realizar com os estudantes atividades de pesquisa.	X	X	X	X

Considerando esse quadro, constituem atribuições definidas pela Resolução nº 227/2009 – CONSEPE as atividades listadas em

- A)** I, II e III. **B)** I, III e IV. **C)** II, III e IV. **D)** I, II e IV.
38. De acordo com a Resolução nº 227/2009- CONSEPE, o Índice de Rendimento Acadêmico (IRA), a Média de Conclusão (MC), o Índice de Eficiência em Períodos Letivos (IEPL) e a Média de Conclusão Normalizada (MCN) são formas de mensuração do rendimento acadêmico acumulado. Em relação a essas formas, é correto afirmar:
- A)** O IRA é calculado a partir da média do rendimento escolar final obtido pelo aluno nos componentes curriculares, levando em consideração apenas os componentes cursados.
- B)** A Média de Conclusão (MC) é calculada a partir da média ponderada do rendimento escolar final nos componentes curriculares em que o aluno conseguiu êxito ao longo do curso.
- C)** A MC é calculada a partir da média do rendimento escolar final obtido pelo aluno nos componentes curriculares em que obteve êxito, ponderada pela carga horária discente dos componentes.
- D)** O Índice de Eficiência em Períodos Letivos (IEPL) é calculado a partir da divisão de carga horária acumulada pela média de conclusão.
39. A Resolução nº 227/2009 – CONSEPE estabelece as formas de ingresso na UFRN. De acordo com o estabelecido nessa resolução referente a essas formas de ingresso para os cursos de graduação, é correto afirmar:
- A)** O ingresso de todos os estudantes da UFRN é feito através do vestibular.
- B)** A transferência voluntária é uma forma especial de ingresso.
- C)** O vestibular é uma via de ingresso normatizada pelo CONSEPE.
- D)** A remoção é outra via especial de ingresso.
40. Um estudante brasileiro de um curso de graduação da UFRN planeja cursar componentes curriculares numa outra instituição pública de ensino superior no Brasil. A respeito dessa intenção, numa conversa com outro colega, faz as seguintes afirmações:

I	Para que eu possa cursar esses componentes, a outra instituição deve ter um acordo com a UFRN, normatizando esse assunto.
II	Só poderei dispor de autorização de, no máximo, dois períodos letivos para que haja essa mobilidade nos estudos.
III	O documento de quitação com o sistema de bibliotecas e demais serviços da UFRN deve ser anexado ao requerimento para solicitar esse tipo de estudo na outra instituição.
IV	Concluídos os estudos, compete à outra instituição solicitar à PROGRAD os devidos registros no meu histórico.

De acordo com a Resolução nº 227/2009 – CONSEPE/UFRN, estão corretas as afirmações

- A)** I, II e III. **B)** I e III apenas. **C)** II, III e IV. **D)** II e III apenas.

41. Um professor da UFRN, preocupado com os processos das aprendizagens de seus estudantes, solicita a um técnico em assuntos educacionais da UFRN que recomende a leitura de um autor que discuta e fundamente a aprendizagem como processo de interações sociais orientado ao desenvolvimento das funções psicológicas superiores dos estudantes. Para esse fim, o técnico deve recomendar a leitura dos trabalhos de

- A) Skinner. B) Piaget. C) Ausubel. D) Vygotsky.

42. O Parecer nº 67/2003 do CNE/CES, referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos Cursos de Graduação, estabelece importantes diferenças entre os Currículos Mínimos (CM) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), os quais servem de referência para os Cursos de Graduação. Ao diferenciar essas propostas, o parecer os caracteriza e os compara. Esse parecer explicita que

- A) os CM ensinam a flexibilização curricular e a liberdade das instituições para elaborarem seus projetos pedagógicos.
B) as DCN encerram uma concepção do exercício profissional cujo desempenho resulta das disciplinas ou matérias profissionalizantes.
C) as DCN devem ensinar variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa.
D) os CM orientam uma sólida formação básica, preparando o futuro profissional para enfrentar os desafios do exercício da profissão.

43. Dois técnicos educacionais discutem sobre as competências da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), definidas no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Um deles apresenta ao colega quatro competências que ele julga fazerem parte desse decreto. Essas competências estão apresentadas no quadro a seguir.

I	Coordenar e supervisionar o SINAES.
II	Estabelecer diretrizes para a constituição e manutenção do banco público de avaliadores especializados.
III	Submeter à aprovação do Ministério da Educação a relação dos cursos para aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.
IV	Aprovar as diretrizes definidas pelo INEP para a elaboração das provas do ENADE.

As competências da CONAES presentes no decreto estão listadas em

- A) I e II apenas. B) II, III e IV. C) I, II e III. D) III e IV apenas.

44. Um professor propõe à Plenária do Centro Acadêmico um grupo de metas e objetivos para se debater, como parte do processo de elaboração das metas estratégicas do referido Centro, procurando uma correspondência com as Metas e os Objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRN 2010-2019 (PDI). As propostas foram as seguintes:

I	Trabalhar para incorporar às práticas docentes uma visão epistemológica que dê conta da natureza dos saberes, com foco na atividade de ensino e na aprendizagem.
II	Potencializar o princípio de flexibilidade curricular, promovendo mobilidade interna e externa.
III	Elevar a taxa de conclusão média dos cursos de graduação em 30,4%.
IV	Elevar a relação aluno/professor em 40%.

Das metas e objetivos propostos, estão em conformidade com o PDI da UFRN, para o referido período, as listadas em

- A) II e III apenas. B) I e IV apenas. C) I, II e IV. D) II, III e IV.

45. A Educação a Distância (ED), definida no PDI 2010-2019, constitui um elemento chave dentro da política de ensino da UFRN. As afirmações a seguir referem-se à política da UFRN para a ED, definida nesse PDI.

I	A ED, na UFRN, objetiva a expansão de oferta do bacharelado para contribuir com as demandas da pesquisa na região.
II	A ED, na UFRN, se concretiza na oferta de cursos de pós-graduação <i>lato e strictu sensu</i> de modo a atender às demandas internas e externas.
III	A institucionalização de grupos de pesquisa sobre a ED, voltados para a melhoria da qualidade das ações, constitui uma premissa chave do PDI 2010-2019.
IV	A oferta de cursos de extensão na ED visa atender apenas às demandas acadêmicas de formação de gestores para a UFRN.

Das afirmações, estão corretas

- A)** apenas I e IV. **B)** apenas II e III. **C)** I, II e IV. **D)** II, III e IV.
46. Em relação ao Projeto Pedagógico Institucional para enfrentar os novos desafios, a Política de Ensino do PDI 2010-2019 explicita, para o Ensino de Graduação,
- A)** o estímulo ao desenvolvimento de práticas pedagógicas com a utilização das novas tecnologias de apoio ao ensino e à aprendizagem.
- B)** a atualização dos projetos pedagógicos, respeitando o princípio do currículo mínimo.
- C)** o estímulo à articulação entre projetos pedagógicos dos cursos, de modo a fortalecer os vínculos com o mundo produtivo.
- D)** a atualização dos professores da graduação, fortalecendo a formação ao nível de pós-graduação.
47. Numa reunião de Colegiado, discute-se o destino de um dado recurso financeiro disponível. Um professor propõe priorizar os recursos em função de propostas que sejam coerentes com os Programas Estratégicos definidos no PDI 2010-2019 da UFRN. Nesse sentido, os recursos devem ser destinados aos projetos
- A)** do Programa Trilhas Potiguares.
- B)** do Programa de Desenvolvimento das Ciências Humanas.
- C)** do Programa de Saúde Comunitária.
- D)** do Programa Institucional de Formação Continuada de professores das Redes de Ensino Básico.
48. A formação de professores pode ser discutida a partir de diferentes paradigmas, os quais correlacionam formação com as concepções das práticas e das identidades profissionais. No quadro a seguir, apresentam-se características de determinada formação.

- Está fundamentada na instrumentalização do conhecimento científico, de forma eficaz e rigorosa, para o ensino.
- Reconhece uma hierarquia nos níveis de conhecimento bem como o processo lógico de derivação entre eles.
- A formação supõe o treinamento para a atividade profissional.

As características apresentadas no quadro correspondem à

- A)** Perspectiva Academicista. **C)** Perspectiva Técnica.
- B)** Perspectiva Profissional. **D)** Perspectiva Social/Crítica.

- 49.** A avaliação da aprendizagem é um processo complexo que pode se tornar uma aliada do professor na busca da melhoria de sua prática de ensino. É um processo bilateral que ajuda o professor e os estudantes à retroalimentação do ensino e da aprendizagem. Em relação aos instrumentos de avaliação, é correto afirmar:
- A)** As provas escritas são a melhor forma para se avaliar a aprendizagem de habilidades complexas e o desenvolvimento integral dos estudantes.
 - B)** As fichas de registro individual ou de grupo são recursos que permitem acompanhar comportamentos e atitudes dos estudantes.
 - C)** Autoavaliação e coavaliação são formas simples de avaliar a serem realizadas pela via da discussão em grupo.
 - D)** Exercícios são formas de ensino que permitem avaliar o desenvolvimento do pensamento criativo dos estudantes.
- 50.** Na elaboração de uma questão discursiva para uma prova escrita, a definição da habilidade (objetivo) a ser avaliada precede esse processo. A correspondência entre a habilidade definida e a questão formulada diz respeito à
- A)** validade.
 - B)** confiabilidade.
 - C)** possibilidade de muitas respostas.
 - D)** possibilidade de diversos critérios de correção.

